

---

SANTOS, Norma Breda dos (org.), *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: EdUnB, 2000; 264 p.

A Professora Norma Breda, da Universidade de Brasília, adicionou a ainda pouco desenvolvida bibliografia de estudos diplomáticos brasileiros uma valiosa coletânea dedicada às relações entre Brasil e Israel. Ela não somente organizou a coletânea e lhe escreveu o prefácio, como produziu também o mais extenso e abrangente estudo incluído no livro, enriquecido ainda pela substancial “Apresentação”, assinada pelo Professor Amado Luiz Cervo, diretor da Coleção Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

No seu texto, Norma Breda acompanha com astúcia as posições, em relação a Israel, assumidas por diplomatas brasileiros, durante cinco décadas, nos inúmeros debates em torno da questão árabe-israelense, ocorridos nas Nações Unidas. Cabe aqui ressaltar que, até os anos setenta, tal era o contexto mental em que se pensavam, no Itamaraty, os problemas associados à existência de Israel: O mundo dos Estados árabes reagindo ao aparecimento entre eles do Estado judeu. O Brasil, que possuía bem agregado na sua população um forte contingente de judeus e grandes colônias árabes, tinha todo interesse em manter-se imparcial no conflito, vendo-se inclusive como candidato a mediador em eventual impasse. A autora registra, no contexto da preparação da famosa Resolução n° 242, análises do delegado brasileiro ao Conselho de Segurança, demonstrando a auto-satisfação com a contribuição dada pelo Brasil, forçando as partes a abandonarem suas posições inflexíveis e tornando possível o compromisso encerrado na Resolução.

Norma Breda desdobra em dois grandes momentos os cinquenta anos do relacionamento entre Israel e Brasil no seio da ONU. O primeiro indo de 1947 a 1973 e o segundo a partir daí. Na primeira fase, a ação do Itamaraty se caracteriza pela equidistância; na segunda, aparecem motivações pragmáticas de nacionalismo. É uma outra maneira de chegar à conclusão para a qual eu me encaminhava acima, de que nos anos setenta mudou o contexto da abordagem do conflito no Oriente Próximo. Com a ocupação da Cisjordânia e da parte oriental de Jerusalém, Israel criou o quadro territorial para a eclosão do fato nacional palestino. A população dos territórios ocupados não podia mais ser vista como componente descaracterizado do mundo árabe. Tinha-se agora um povo, a quem era inevitável reconhecer o direito à autodeterminação. Esse fato novo começou a pesar nas análises da diplomacia brasileira.

Pouco mais de um ano antes da guerra de 1967, origem da transformação radical acima descrita, a Divisão do Oriente Próximo do Itamaraty organizou, em Roma, uma reunião dos Embaixadores brasileiros na sua área geográfica (8 na ocasião), a fim de trocaram experiências para a maior eficácia do trabalho das respectivas Embaixadas. A Professora Norma Breda dos Santos registra a ocorrência dessa reunião, embora a datando de 1965. Realizou-se, na verdade, de

18 a 27 de abril de 1966. Coube-me ser seu Secretário-Geral e redator dos documentos de base. Posso assim testemunhar que os amplos debates conduzidos em Roma transcorreram dentro da velha e transparente visão de Israel versus os árabes, com os palestinos aí diluídos e fragmentados. Dois ou três anos depois, teria sido diferente.

A coletânea sob exame inclui três outras pesquisas, agora sobre aspectos delimitados da ação diplomática brasileira em relação a Israel, e numa segunda parte, três ricos estudos que justificam o propósito anunciado do livro, de tratar também de aspectos sociais.

Dentre as pesquisas da primeira parte, destacarei a de Tulio Vigevani e Alberto Kleinas, focalizando a ação diplomática do Brasil no âmbito das Nações Unidas, entre 1947 e 1949, especificamente em relação à partilha da Palestina, o ingresso do Estado judeu na ONU e o reconhecimento de Israel pelo Brasil. A reconstrução histórica dos fatos e a leitura dos documentos do período, a que procedem com método os pesquisadores, infelizmente não avalizam o pressuposto de que o conjunto das posições tomadas pelo governo brasileiro e seus diplomatas, nos casos examinados, representassem posições organicamente amadurecidas nas instâncias decisórias. Torna-se inclusive aparente uma dissonância entre os representantes brasileiros na ONU e no Conselho de Segurança, funcionários mais em contato com as análises da grande diplomacia internacional e a visão mesquinha do mundo que exibia o Chanceler da época, Raul Fernandes. Guiado por um anticomunismo primário, que seus críticos atribuíam a ligações com o deposto regime monárquico da Romênia, e um perfilamento servil as posições dos EUA. Raul Fernandes dificultou continuamente, ao que mostra a pesquisa sob referência, a ação mais inteligente e liberal de Osvaldo Aranha, o chefe da Representação brasileira em Nova York.

*Amaury Porto de Oliveira*